



GOVERNO DO ESTADO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 83.267.989/0001-21

## CONTRATO

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ACADEMIA DE SAÚDE LOCALIZADA NA RUA: PEDRO CORDEIRO DE MELO, S/N, PRÓXIMO A ESCOLA FERNANDO OLIVEIRA PANTOJA, LOCALIZADA EM SANTANA DO CAPIM, NESTE MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ/PA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA/PA, A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E A EMPRESA : CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ de Nº 18.678.719/0001-41, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ – PREFEITURA MUNICIAPL**, entidade direito público interno, com sede administrativa na cidade de Aurora do Pará, sito a Rua Raimunda Mendes de Queiroz, 306 – Bairro Vila Nova, CEP: 68.658-000, inscrita no CNPJ sob o Nº. 83.267.989/0001-21, neste ato representado pelo Exmº. Prefeito Municipal, Sr. **JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA**, agente político, portador da RG Nº: 2806814-SSP/PA e do CPF/MF nº 028.579.792-15 residente e domiciliado neste município e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO – SMS**, neste ato representada pela **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO** senhor **JOSÉ LUCILVIO DA COSTA LIMA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 4720809 SSP/Pa e do CPF nº 790.169.952-34, residente e domiciliada neste Município, doravante denominados simplesmente **CONTRATANTES** e como **CONTRATADA** a Empresa **CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA-EPP**, inscrita no **CNPJ: 18.678.719/0001-41**, com sede Rua: Governador da Gama Malcher, s/n-Pedreira, Tomé-Açú-PA, representada neste ato pelo Srº **FRANCISCO FELÍCIO RIBEIRO**, RG: 5641319, CPF: 297.443.772-91 têm entre si ajustado o contrato de **EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ACADEMIA DE SAÚDE LOCALIZADA NA RUA: PEDRO CORDEIRO DE MELO, S/N, PRÓXIMO A ESCOLA FERNANDO OLIVEIRA PANTOJA, LOCALIZADA EM SANTANA DO CAPIM, NESTE MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ/PA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ**, conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - ORIGEM DO CONTRATO**

**1.1** - Este Contrato Administrativo decorre da Licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO** processado sob o Nº. **001/2015 – CPL/PMAP/SMS**, realizado no dia **21 de Julho de 2015, às 10:00 hs**, cujo julgamento foi regularmente homologado pelo Exmo. Sr. PREFEITO MUNICIPAL de Aurora/PA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

**2.1** - O presente Contrato tem por base legal a Lei 8.666/93, e alterações posteriores, que trata da matéria no âmbito da administração pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1** - Os recursos orçamentários para pagamentos estão alocados na lei orçamentária do Município, na seguinte classificação orçamentária: unidade orçamentária:

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 13 – SECRETARIA MUN. DE OBRAS**

**PROJETO ATIVIDADE:**

**1006– CONSTRUÇÃO DO POLO DE ACADEMIA DE SAÚDE**

**33.90.51.00-OBRAS E INSTALAÇÕES**

**44.90.51.99-OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES**

**CLÁUSULA QUARTA – OBJETO**

**4.1** – A presente Licitação tem por objeto a **EXECUÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ACADEMIA DE SAÚDE LOCALIZADA NA RUA: PEDRO CORDEIRO DE MELO, S/N, PRÓXIMO A ESCOLA FERNANDO OLIVEIRA PANTOJA, LOCALIZADA EM SANTANA DO CAPIM, NESTE MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ/PA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AURORA DO PARÁ,** consoante Edital convocatório da Tomada de Preços Nº. **001/2015 - CPL/PMAP/SMS**, de acordo com o projeto e especificações, na forma dos itens e subitens adiantes relacionados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**5.1** – a Obra será executada na forma de **execução indireta**, pelo regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS**





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**6.1-** O prazo para execução dos serviços objeto da presente licitação é de **120 (cento e vinte) dias** contados da emissão da ordem de serviço.

**6.2-** O prazo de vigência do presente Contrato é de **210 (duzentos e dez) dias**, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada caso haja interesse das partes.

**6.3-** A Contratada somente deverá solicitar prorrogação do prazo quando ocorrer interrupção dos serviços por fator oriundo da administração da Prefeitura Municipal, por motivo de força maior ou casos fortuitos, que à seu juízo, possam caracterizar impedimentos absolutos para o cumprimento das obrigações assumidas ou ainda, que constituam obstáculos irremovíveis para a execução dos serviços, caracterizados pela imprevisibilidade de seus efeitos. Não se incluem entre os casos fortuitos, os riscos próprios do empreendimento.

**6.4 -** Na contagem do prazo estabelecido neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme previsto no art. 110, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1 –** Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Plantas, Planilhas, Projetos, Proposta, Especificações Técnicas e Cronograma, dentro de prazo contratado, partes integrantes do presente instrumento, cabendo a CONTRATADA, fornecer por sua conta ferramentas, máquinas, equipamentos, transportes e suprimentos de água, luz e força, indispensáveis à execução da obra, bem como todos os materiais e toda a mão-de-obra necessários à perfeita execução dos serviços, empregando material de primeira qualidade e mantendo profissionais competentes e experimentados, uma vez que responde pela solidez e bom acabamento da obra, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

**7.2 –** Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenização e outras que porventura venham a ser reguladas em acordo coletivo da categoria.

**7.3 –** Executar diretamente o contrato, sem a transferência de responsabilidade ou subcontratação;

**7.4 –** Comunicar por escrito à **PREFEITURA** qualquer anormalidade verificada na execução da obra, relatando-o no livro de ocorrências.

**7.5 –** Responsabilizar-se pela segurança de seus empregados durante a execução da obra, obedecendo a todas as normas pertinentes em vigor, garantindo a utilização de equipamentos de proteção individual exigidos pelo Ministério do Trabalho.

**7.6 –** Fornecer/empregar todo o material necessário a realização dos serviços.

**7.7-** Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, de acordo com o cronograma físico- financeiro, sujeitando-se ainda as sanções e as multas estabelecidas no edital e no contrato além daquelas previstas na Lei de licitação e legislação posterior.

**7.8 –** Assumir, como exclusivamente seus os riscos e as despesas com transporte e as decorrentes do fornecimento do material, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita execução dos serviços contratados. Responsabilizar-se também, pela idoneidade e pelo comportamento dos seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda por qualquer prejuízo que seja causado a **CONTRATANTE** ou terceiros.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**7.9** – Os danos e prejuízos porventura causados a **CONTRATANTE**, ou a terceiros, serão ressarcidos após o devido processo legal.

**7.10** – Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas na licitação.

**7.11** - Manter na direção da obra, responsável técnico devidamente habilitado no CREA ou **CAU**.

**7.12** – Respeitar, rigorosamente, no que se refere a todos os seus empregados, utilizados na obra, a legislação vigente sobre: impostos, ônus trabalhista, segurança do trabalho, acidentes de trabalho, encargos previdenciários e fiscais, seguros e demais e exigências de legislação social ou de qualquer outro regime jurídico, decorrentes dos serviços sob sua responsabilidade por cujos encargos responderão unilateralmente em toda a sua plenitude e outros, por mais especiais que sejam;

**7.13** – O transporte, a guarda e a manutenção de equipamentos e materiais utilizados na obra.

**7.14** – A mudança de responsabilidade técnica da obra deverá ser imediatamente comunicada, por escrito a **CONTRATANTE**;

**7.15** – Correrá sob as expensas da **CONTRATADA** as despesas de legalização da obra junto as Órgãos Oficiais;

**7.16** – Durante a execução da obra e até seu recebimento definitivo pela **CONTRATANTE**, correrão, exclusivamente, por conta e risco da **CONTRATADA**, as consequências de:

- a) Negligência, imperícia ou imprudência;
- b) Falta de solidez nos trabalho, encontrada mesmo após o término do Contrato, conforme art. 618, do Código Civil Brasileiro;
- c) Imperfeição ou insegurança da obra;
- d) Infrações relativas ao direito de propriedade industrial;
- e) Furto, perda, roubo, deterioração ou avaria de materiais ou equipamentos usados na execução das obras e serviços;
- f) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros;
- g) Acidentes de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros na obra, ou em decorrência dela.

**7.17** – Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, a cujas reclamações se obrigam a atender pronta e irrestritamente.

**7.18** – Providenciar a sua custa, o Seguro de Responsabilidade Civil, inclusive respondendo pelo que exceder a cobertura dada pela Seguradora, não cabendo a **CONTRATANTE** quaisquer obrigações decorrente de riscos da espécie.

**7.19** – Ocorrendo incêndio, ou qualquer sinistro na obra de modo a atingir trabalhos a cargos da **CONTRATADA**, terá esta que refazer os serviços atingidos pelo sinistro, sem solução de continuidade da obra, por prazo que venha a ser acordado com a **CONTRATANTE**.

**7.20** – Contratar mão-de-obra (operários) a ser utilizada nesta obra preferencialmente de trabalhadores residentes no Município de Aurora/PA.

**7.21** - Declara que conhece, para todos os fins de direito, o teor das normas que regeram a presente Licitação, que se integraram a este contrato como se fossem suas próprias cláusulas.

**7.22** – Apresentar **declaração** por escrito assinada pelo representante legal da **CONTRATADA** de que fará a anotação de responsabilidade técnica – **ART** junto ao **CREA/PA** na forma da Lei ou de que fará o registro de responsabilidade técnica – **RRT** junto ao **CAU/Pa**.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**7.23** – Realizar o licenciamento e a matrícula da obra junto ao **INSS**, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do início dos serviços;

**7.24** – Providenciar o **ALVARÁ** da obra.

**7.25** – Manter no local de execução da obra, cópia da **ART**.

**7.26** - A **CONTRATADA** somente poderá substituir o responsável técnico da obra, após expressa anuência da Secretaria Competente, devendo essa substituição ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

**7.27** - A **CONTRATADA** se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8078/90.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas, mediante “**ATESTO**” da fiscalização.

**8.2** – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato, através de Engenheiro da **PREFEITURA**, que anotará em registro próprio, os defeitos detectados na obra, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que a seu critério exijam reparo por parte da **CONTRATADA**.

**8.3** – A **CONTRATANTE** não responderá por qualquer compromisso assumido pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato.

**8.4** – A **CONTRATANTE** designará um Engenheiro Fiscal, que fica investido de amplos poderes para fiscalizar a obra, exigir da **CONTRATADA** o fiel e exato cumprimento deste contrato. E

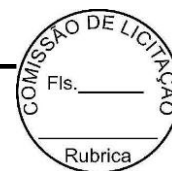
**8.5** - Entrar na posse imediata da obra por ocasião da rescisão deste, prosseguir na execução das mesmas e praticar os atos que forem necessários, ou aconselháveis, devendo o local da obra ser franqueado, a qualquer dia e hora, ao acesso do fiscal da **CONTRATANTE**. A ação fiscalizadora será exercida de modo sistemático, de maneira a fazer cumprir rigorosamente os prazos, condições e qualificações prevista no contrato e seus anexos.

**8.6** – A **CONTRATANTE** através de sua fiscalização poderá recusar materiais que estejam em desacordo com as especificações do projeto, ordenando sua imediata remoção do canteiro de obras, bem como o afastamento de qualquer empregado da **CONTRATADA**, a bem dos serviços.

**8.7** – A **CONTRATANTE** poderá rejeitar serviços que não correspondem às condições pactuadas, cumprindo a **CONTRATADA** refazê-los dentro de 48 (quarenta e oito) horas da notificação que, para tanto, lhe for feita, correndo por sua conta, todas as despesas daí decorrentes.

**CLÁUSULA NONA – DO PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**9.1** - A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela prestação dos serviços constantes no Anexo deste instrumento contratual o valor global de **R\$: 79.568,28 (setenta e nove mil quinhentos e sessenta e oito mil reais e vinte e oito centavos)**, que serão pagos pela **CONTRATANTE**, mediante **MEDIÇÃO** feita pela fiscalização da **PREFEITURA** conforme cronograma físico-financeiro, realizadas a cada 30 (trinta) dias, até a conclusão da mesma.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**9.2** - A CONTRATANTE fará o aceite das medições através do fiscal da execução dos serviços.

**9.3** – O prazo para pagamento é de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal que deverá ter o “**atesto**” da fiscalização e o **Boletim de medição**.

**9.4** – A Nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes comprovantes:

**9.4.1** – Comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais (**FGTS e INSS**);

**9.4.2** - **GFIP** – Guia de Recolhimento do **FGTS** e de Informações à Previdência Social, relativa ao mês da última competência vencida;

**9.4.3** – A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela contratada, nos termos do edital e do contrato.

**9.5** – O preço proposto pela **CONTRATADA** constitui a única remuneração a ela devida pela execução dos serviços, estando incluídos neste preço, todos os custos diretos e indiretos, como por exemplo: depreciação, manutenção e operação da frota de veículos; salários e encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas; obrigações trabalhistas e previdenciárias, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, uniformes, e as decorrentes das convenções coletivas de trabalho; bem como administração e lucro; dentre outros.

**9.6** – o Preço ajustado é certo, definitivo e irrevogável, salvo nas situações definidas nos parágrafos do Art. 57 da Lei de Licitação, expresso em moeda corrente.

**9.7** - A **Nota Fiscal** deveser sempre apresentada em 02 (duas) vias de igual teor, na sede da Secretaria Municipal de Secretaria de Obras e somente serão pagas depois de **ATESTADA** pela Fiscalização da **CONTRATANTE** e encaminhada para o Setor Financeiro da **PREFEITURA**.

**9.8** - Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** da responsabilidade deste contrato, quaisquer que forem, nem implicará em aprovação definitiva dos respectivos serviços executados, total ou parcialmente.

**9.9** - Os pagamentos serão realizados através de depósito em conta corrente no estabelecimento bancário indicado pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**10.1** – A **CONTRATADA** é obrigada a prestação de garantia em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato em uma das seguintes modalidades:

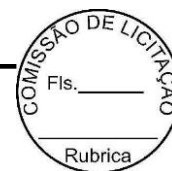
**10.1.1** – Caução em dinheiro, a ser depositado em conta da **CONTRATANTE**, ou em título da dívida pública;

**10.1.2** – Seguro garantia;

**10.1.3**- Fiança bancária, realizada mediante a entrega a **CONTRATANTE** de carta fornecida por estabelecimento bancário, tornando-se solidário com o contrato até o limite da responsabilidade contratual.

**10.1.4** – No caso de fiança bancária esta deverá conter o mesmo prazo de validade de vigência do contrato.

**10.1.4** – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**10.1.5** – No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a **CONTRATADA** terá o mesmo prazo estabelecido no caput desta cláusula, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

**10.1.6** – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA**

**11.1** - Concluída a obra, a **CONTRATADA** comunicará o fato a **CONTRATANTE** para fins de entrega da obra.

**11.1.2** - Nos 10 (dez) dias úteis seguintes ao recebimento daquela comunicação, procederá a **CONTRATANTE** realizar a **VISTORIA GERAL NA OBRA**, e estando esta em condições de serem recebidas, lavrar-se-á o “**Termo de Recebimento Provisório**”.

**11.1.3** - O “**Termo de Recebimento Definitivo**” será firmado após o decurso do prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias do recebimento provisório**, necessários a observação ou a nova vistoria da Fiscalização da **CONTRATANTE**.

**11.3** - O recebimento definitivo da obra, por parte da **CONTRATANTE**, **não exime a CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes das disposições constantes no **Artigo 618 do Código Civil Brasileiro**, respondendo esta, **durante 05 (cinco) anos**, a partir do recebimento definitivo da obra, pela solidez e segurança dos serviços executados.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato, erros ou atraso na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, a administração poderá, isolada ou cumulativamente, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

**12.1.2** – **Advertência** – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

**12.1.3** – **Multa Moratória** de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que a PREFEITURA poderá considerar como inexecução parcial ou total do ajuste, além das demais consequências previstas em Lei.

**12.1.4** – **Multa Compensatória** de até 30% sobre o valor total proposto pela licitante vencedora, caso haja recusa em assinar o em assinar o contrato ou no caso de não regularização por parte de microempresa ou empresa de pequeno porte na sua documentação.

**12.1.5** – **Suspensão Temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**12.1.6** **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na cláusula anterior.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

**12.1.7-** A **Contratada**, se responsabilizará civilmente e responderá inclusive por perdas e danos, que possam causar a Prefeitura Municipal de Aurora do Pará/PA, ou a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1** – A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais, pelas normas contidas no edital convocatório e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54 da Lei nº 8666/99 combinado com o inciso XII do Art. 55 da mesma lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

**14.1** – O presente contrato será rescindido nas hipóteses previstas nos Art. 77 e 78 da Lei nº 8666/93.

**14.2** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**15.1** - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na obra, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato que a critério da **CONTRATANTE** se façam necessários, conforme disposto no art. 65 da Lei 8666/93.

**15.2** – A **CONTRATADA** concorda com a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob a alegação de falhas ou omissões em quaisquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez) por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no parágrafo 1º do art. 65 da lei nº 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

**16.1** - Fica eleito o foro da Comarca de Aurora/Pará, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões porventura resultantes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo assinadas e para um só efeito legal, firmam, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor.

Aurora/PA, 23 de Julho de 2015.





**GOVERNO DO ESTADO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 83.267.989/0001-21**

---

**JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA**  
**Prefeito Municipal**

---

**JOSÉ LUCILVIO DA COSTA LIMA**  
**Secretário Municipal de Saúde e Saneamento**

---

**CONSTRUTORA RIBEIRO E GONÇALVES LTDA-EPP**  
**CNPJ: 18.678.719/0001-41**

**TESTEMUNHAS**

1- \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

2- \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

